## 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS

**DATA: 02 de março de 2026**
**LOCAL: Receita Estadual**

### 1. Abertura

Às 9 horas e 30 minutos do dia 02 de março de 2026, sob a presidência do Auditor Fiscal e Subsecretário da Receita Estadual Ricardo Neves Pereira, teve início a 19ª Reunião Ordinária do Conselho de Boas Práticas Tributárias. O Presidente Ricardo Neves abriu a reunião, agradecendo a presença dos conselheiros e reforçando a importância da participação ativa das entidades na construção das pautas do Conselho. Em seguida, foi aprovada a Ata da 18ª Reunião Ordinária, previamente encaminhada aos conselheiros.

### 2. Questões administrativas e acompanhamento de encaminhamentos

- **GT de Combate à Informalidade e Ilegalidade:** O Auditor Fiscal e Delegado da Receita Estadual, Alcides Yano, informou que a primeira reunião do GT foi marcada para o dia 09/03, às 14h. Além dos representantes das entidades presentes, foi convidado a participar um representante da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas. Nessa primeira reunião, a ideia é iniciar o levantamento de diagnósticos setoriais. Para isso, foi solicitado que as entidades tragam dados ou pontos de interesse que afetam as suas respectivas áreas.

- **Cooperação com a Invest RS:** A Auditora Fiscal Kátia de Souza relatou a reunião técnica realizada na agência em 24/02, cujo objetivo foi apresentar de forma mais detalhada os indicadores, relatórios e boletins produzidos pela Receita e pela Invest. A ideia inicial é trabalhar em conjunto nos catálogos produzidos pela Agência, que apresentam o cenário do Estado para investidores. Ficou definido que a primeira análise conjunta será relativa ao comércio exterior, especificamente o impacto da política tributária dos EUA sobre a economia gaúcha e as recentes mudanças de alíquotas. Além disso, foi ressaltado que aguardam sugestões das entidades sobre interesses e necessidades setoriais para serem desenvolvidos no âmbito do Protocolo de Intenções. A conselheira Sabrina Zarpelon (FIERGS) colocou à disposição os trabalhos que a federação já realiza com a agência. Foi pontuado que as entidades devem trazer sugestões de temas estratégicos para futuros estudos.

- **Sugestões da FECOMERCIO – Acordo Gaúcho:** Os representantes da FECOMERCIO agradeceram à Receita Estadual e à PGE pela participação na gravação do podcast da entidade, que consistiu em um bate-papo de aproximadamente uma hora focado no Acordo Gaúcho. Destacou que o programa foi uma oportunidade valiosa para apresentar sugestões construtivas que constam no documento da entidade e que visam o aprimoramento de futuros editais. O representante da PGE, Rafael Orosco, também incentivou os conselheiros a assistirem ao podcast, mencionando que o conteúdo serviu para esclarecer pontos de tensão e dúvidas técnicas dos advogados e contribuintes.

O Auditor Fiscal Clovis Breda apresentou as respostas às sugestões encaminhadas pela FECOMERCIO sobre o edital do Acordo Gaúcho. A Receita explicou os critérios adotados, como limites de descontos, número de parcelas e utilização de precatórios, destacando que algumas sugestões já foram incorporadas e outras permanecem em análise para futuros editais. Também salientou a importância de as entidades encaminharem essas sugestões para enriquecerem os debates sobre o assunto. A Procuradora do Estado Luciana Mabilia Martins informou a republicação do edital permitindo a desistência sem penalidade caso o contribuinte enfrente atrasos judiciais na obtenção de certidões de precatórios.

### 3. Atualizações e Desafios da Reforma Tributária

O Presidente Ricardo Neves e o Auditor Fiscal Leonardo Gaffrée atualizaram os conselheiros sobre a implementação do IBS e os trabalhos do Comitê Gestor. Enfatizaram o desafio de estruturar uma camada técnica sólida para garantir a operacionalização do novo sistema dentro dos prazos previstos, diante das dificuldades de coordenação entre estados e municípios. Além disso, explanaram sobre o novo regulamento do IBS/CBS, construído coletivamente com foco na simplificação normativa, bem como o cronograma de vigência e a necessidade de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal.

### 4. Campanha “Ganha-Ganha” – Nota Fiscal Gaúcha

O Auditor Fiscal Anderson Mantovani apresentou os números da NFG, que conta com 4,2 milhões de cidadãos cadastrados. Detalhou a campanha "Ganha-Ganha Farroupilha", que dobrou as premiações em setembro de 2025, atingindo uma taxa de 95% de resgate de prêmios instantâneos. Foi oferecida a plataforma da NFG para que entidades privadas realizem sorteios próprios, com agilidade e sem necessidade de autorização federal.

### 5. Política Tributária – Substituição Tributária (ST)

O Presidente contextualizou o tema da Substituição Tributária como uma diretriz de política tributária iniciada em 2019 com o programa Receita 2030, que visa a modernização da administração e a simplificação das obrigações acessórias. Pontuou que o processo de retirada gradual de setores da ST está sendo intensificado devido à Reforma Tributária, uma vez que o novo modelo do IBS extinguirá esse regime.

Após, o Subsecretário anunciou a prorrogação da saída do setor de Higiene e Cosméticos para outubro de 2026. Inicialmente prevista para abril, a mudança de prazo atende a pedidos de entidades, como a ABIHPEC e a AGAS, que relataram a necessidade de mais tempo para adaptação de sistemas e a falta de consenso em partes do setor.

O debate sobre a saída de setores da ST gerou manifestações diversas. Representando a OCERGS, Tarcísio Minetto manifestou-se pela manutenção do regime de ST para o setor de carnes, por entender que esse regime preserva o equilíbrio concorrencial e a segurança fiscal. Roberto Weber (Sindicato dos Atacadistas de produtos químicos para indústria da lavoura, drogas e medicamentos) defendeu a saída da ST para o setor de medicamentos, afirmando que o setor aguarda com expectativa a mudança. Já pela FIERGS, Sabrina Zarpelon posicionou-se favorável à saída da ST, tanto de medicamentos quanto cosméticos. O conselheiro Milton Machado (FEDERASUL e AGAS ad-hoc) relatou que a preocupação da AGAS reside especialmente nos pequenos mercadistas, considerando a prorrogação do prazo para outubro como bem-vinda para permitir a adaptação dos sistemas e o amadurecimento das discussões sobre o tempo de ressarcimento. Carlos Schneider (Sindicato Atacadista de Gêneros Alimentícios de Porto Alegre) manifestou-se a favor da retirada do regime de ST para os setores de carne e frango. Com relação à FECOMERCIO, Gerson Nunes pontuou que o setor de autopeças melhorou sua competitividade após o desembarque da ST e informou que o setor de pneus aceita a retirada do regime, tendo solicitado uma reunião técnica para alinhar detalhes operacionais. Volnei Basso e Sheila Teles de Lima (Sindigêneros) expressaram preocupação com o impacto nos preços ao consumidor e com a pressão no fluxo de caixa das empresas.

Rafael Borin (SESCON) enfatizou a necessidade de um alinhamento entre as entidades, apontando que as posições atuais estão desalinhadas. Ele convidou os representantes para que as entidades realizem um esforço conjunto, visando aprofundar o debate e apresentar uma proposta mais consensual ao Estado. O Presidente acolheu a proposta, reforçando que o Estado manterá a diretriz de saída gradativa e aguardará a manifestação consensual das entidades para subsidiar os próximos passos.

## 6. Encerramento e Síntese Final

Ao concluir os trabalhos da manhã, o Presidente Ricardo Neves realizou a síntese dos assuntos tratados na reunião. Os principais encaminhamentos incluíram a realização da reunião inaugural do GT de Combate à Informalidade e Ilegalidade para o dia 09 de março, cujo foco inicial será o levantamento de diagnósticos setoriais e a estruturação de mecanismos de denúncia e parcerias para identificação de produtos falsificados. Também ficou definido que o trabalho inicial com a Invest RS será a análise do comércio exterior, tendo sido reforçado o convite para que as entidades apresentem propostas de estudos setoriais e temas transversais para serem trados no âmbito do Protocolo de Intenções com a Invest. Com relação à Substituição Tributária, o encaminhamento foi no sentido de as entidades conversarem entre si e dialogarem sobre o regime do ponto de vista tributário e econômico, visando o crescimento da economia do Estado. O Presidente Ricardo Neves Pereira reiterou que o Conselho de Boas Práticas Tributárias (CBPT) deve ser o fórum central de deliberação, determinando que todos os pleitos e debates relacionados à Substituição Tributária (ST) sejam encaminhados para tratamento conjunto nesse colegiado, visando a construção de posicionamentos consensuais entre o Estado e as entidades. A reunião foi encerrada às 12h.

**Ricardo Neves Pereira**
Presidente do Conselho de Boas Práticas Tributárias

**Janaína Grigoletto Cavalheiro**
Auditora-Fiscal da Receita Estadual